

1 ATA DA REUNIÃO CONJUNTA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA
2 SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO JAGUARIBE E 20ª REUNIÃO
3 EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO
4 JAGUARIBE PARA DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS PARA A OPERAÇÃO 2016.2 NO
5 TRECHO DO RIO JAGUARIBE PERENIZADO PELO AÇUDE CASTANHÃO.

6

7 Aos três dias de agosto do ano de dois mil e dezesseis, das 9:00h às 13:00h, estiveram reunidos os
8 integrantes dos Comitês das Sub-Bacias do Baixo e Médio Jaguaribe; representantes de instituições
9 da Sociedade Civil, dos Usuários, do Poder Público Municipal, Estadual e Federal de vários
10 municípios dos Vales do Jaguaribe, representantes da COGERH, SRH, DNOCS, e Ministério
11 Público Federal em Limoeiro do Norte, dentre outras. A reunião foi realizada no auditório do
12 Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus de Limoeiro do
13 Norte, localizado na Rua Estevão Remígio de Freitas, 1146 – Santa Luzia, no município de
14 Limoeiro do Norte – CE, tendo como pauta: 1. Abertura/informes; 2. Discussão da operação do
15 segundo semestre do ano de 2016 do açude Castanhão (Perenização do rio Jaguaribe até a barragem
16 de Sucurujuaba – Quixerê); 3. Informes/Encaminhamentos. Estiveram presentes do CSBH Médio
17 Jaguaribe: Sr. Djavan da Silva Fernandes – Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Sra.
18 Antônia Maia Diógenes – Associação Sócio Comunitária da Agrovila Riacho da Serra; Sr. José
19 Valderi de Almeida Pimenta – Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Iracema; Sr. Joseane
20 Silveira de Moraes – Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Pereiro; Sra. Damiana Alves Bruno
21 – Associação Comunitária dos Assentados de Boa Esperança; Sr. Rafram Guimarães Pinto –
22 Prefeitura Municipal de Alto Santo; Sr. Charles Martins Campelo – Prefeitura Municipal de
23 Potiretama; Sr. Ariosmar Barros Maia – Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte; Sr. José Maria
24 Freire – Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA. Estiveram presentes do CSBH Baixo
25 Jaguaribe: Sr. André Luiz Braga Silva – Fundação Brasil Cidadão para a Educação, Cultura,
26 Tecnologia – FBC; Sr. Cláudio Pereira de Oliveira Neto – Associação Comunitária Solon José da
27 Silva; Sr. João Ribeiro da Costa – Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Limoeiro do Norte/CE;
28 Sr. Pedro Lima Ribeiro – Sindicato dos Trabalhadores(as) de Russas; Sr. Joaquim Firmino da Silva
29 Neto – Associação dos Moradores de Lagoa Vermelha; Sr. Carlos Alberto Félix Nogueira Lima –
30 Associação Menino Jesus de Praga; Sra. Diana Meire Gadelha Mendes – Instituto Agropolos do
31 Ceará; Sr. Marcondes Rodrigues da Silva – Associação Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida;
32 Sr. Antônio Lairton Mendes Regis – Associação dos Produtores Orgânicos do Perímetro Irrigado
33 Tabuleiros de Russas – OPTAR; Sr. Aridiano Belk de Oliveira – Associação Comunitária José
34 Estácio de Sousa; Sr. Francisco Fátimo Cavalcante Jota – Agropaulo Agroindustrial S.A; Sr.
35 Diógenes Henrique Abrantes Sargento – União dos Agronegócios no Vale do Jaguaribe –
36 UNIVALE; Sr. Tiago Lima Sousa – DISTAR; Sra. Dulcileide de Castro Freitas – Serviço Autônomo
37 de Água e Esgoto de Limoeiro do Norte – SAAE; Sr. Tancredo Wilson Alves de Sousa – CAGECE

38 UNBBJ/Russas; Sr. Karlos Welby Néri Paiva – Federação das Associações do Perímetro Irrigado
39 Jaguaribe Apodi – FAPIJA; Sra. Luzia Pereira da Costa – Associação Comunitária Governador
40 Tasso Jereissati – GRACIMÕES I; Sr. João José de Oliveira – Associação dos Irrigantes do
41 Perímetro Irrigado de Jaguaruana – ASSIJA; Sr. Manoel Gildo de Almeida – Central dos Criadores
42 de Camarão de Jaguaruana – CAMMÂRUS; Sra. Roseli Regina Conceição – Meri Pobo
43 Agropecuária LTDA; Sr. Otacílio Benvindo Deocleciano – Prefeitura Municipal de Limoeiro do
44 Norte; Sr. Francisco Sávio A. Santiago e Sra. Noilda Maria Rocha Silva – Prefeitura Municipal de
45 Russas; Sr. Francisco Edson Celedônio – Prefeitura Municipal de Jaguaruana; Sra. Francisca
46 Valfísia da Silva – Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – 10ª CREDE –
47 Russas; Sr. Francisco Syllvânio dos Santos – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas –
48 DNOCS/Morada Nova; a Sra. Márcia Soares Caldas – Secretaria de Recursos Hídricos/SRH.
49 Estiveram ainda presentes 101 pessoas divididas entre usuários, sociedade civil organizada e
50 poderes públicos. O Sr. Leandro Nogueira, Coordenador do Núcleo de Gestão da Gerência das
51 Bacias do Médio e Baixo Jaguaribe/COGERH, que coordenou os trabalhos, iniciou a reunião
52 agradecendo a todos pela presença, e registrando a presença das seguintes autoridades: o Sr. João
53 Lúcio Farias de Oliveira, presidente da COGERH; a Sra. Débora Rios – Diretora de Operações da
54 COGERH, Sr. Alexandre Forte, procurador do Ministério Público Federal de Limoeiro do Norte, em
55 seguida convidou o Sr. José Façanha, diretor do IFCE Limoeiro do Norte, que deu boas vindas aos
56 presentes e disponibilizou a infraestrutura do instituto para as entidades/instituições públicas da
57 região. Continuando a reunião, o Sr. Leandro convidou o Sr. Hermilson Barros, Coordenador do
58 Núcleo Técnico da COGERH/Limoeiro do Norte, para apresentar os dados técnicos do trecho do rio
59 Jaguaribe, perenizado pelo açude Castanhão. O Sr. Hermilson iniciou sua apresentação destacando o
60 controle das seções de monitoramento do nível e vazão do rio Jaguaribe, realizada no mês de Julho,
61 sendo que pelo controle, a vazão de liberada 5,99 m³/s que estava sendo liberado pelo açude
62 Castanhão, na Seção 2 – RECANTO – Alto Santo, com 12,8 km de extensão, tinha consumo de 0,49
63 m³/s. Na Seção 4 – PASSAGEM COCO – São João Jaguaribe, com 24,80 km, tinha consumo de 1,1
64 m³/s. A Seção 5 – PEIXE GORDO – Tabuleiro do Norte com 12,70 km, apresentou consumo de
65 0,99 m³/s; Seção 7 – CABEÇA PRETA - Limoeiro do Norte com 12,73 km um consumo de 2,57
66 m³/s. Já na Seção de Sucurujuba ponto final do trecho perenizado não estava chegando água, toda
67 vazão liberada tinha sido consumida no percurso do trecho, porém uma parte dessa vazão perde-se
68 por evaporação e infiltração no solo. Em seguida apresentou o levantamento de áreas irrigadas
69 existentes ao longo do rio Perenizado, com base no cadastro emergencial iniciado pela COGERH no
70 final de 2014 e finalizado no início de 2015. Sendo que o primeiro trecho que vai de Jaguaribara a
71 Alto Santo e tem 27,40 km de extensão, tem área total com e sem superfície de 256,15 ha, sendo
72 109,7 ha de culturas temporárias, com a seguinte distribuição: Áreas até 5 ha sem superfície: 54,7
73 ha; Áreas até 5 ha com superfície: 6 ha; e Áreas maiores de 5 ha com superfície 49 ha. Ao passo que
74 culturas permanentes totalizaram 146,45 ha, com a seguinte distribuição: Áreas até 5 ha sem

75 superfície: 39,45 ha; Áreas até 5 ha com superfície: 67 ha; Áreas maiores de 5 ha sem superfície:
76 14,0 ha; e Áreas maiores de 5 ha com superfície: 26 ha. Neste trecho foram cadastrados 4.166
77 animais, com uma demanda de 1,65 L/s para dessedentação animal. O segundo trecho, que envolve
78 os municípios de São João Jaguaribe e Tabuleiro do Norte, com 37 km de extensão, tem Área total
79 com e sem superfície de 1.057,85 ha, sendo 556,80 ha de culturas temporárias, com a seguinte
80 distribuição: Áreas até 5 ha sem superfície: 16,35 ha; Áreas até 5 ha com superfície: 1,25 ha; Áreas
81 maiores de 5 ha sem superfície: 473,20 ha; e Áreas maiores de 5 ha com superfície 66,0 ha. Ao
82 passo que culturas permanentes totalizaram 501,05 ha, com a seguinte distribuição: Áreas até 5 ha
83 sem superfície: 20,75 ha; Áreas até 5 ha com superfície: 89,8 ha; Áreas maiores de 5 ha sem
84 superfície: 115,0 ha; e Áreas maiores de 5 ha com superfície: 275,5 ha. Neste trecho foram
85 cadastrados 6.750 animais, com uma demanda de 1,97 L/s para dessedentação animal. O terceiro
86 trecho, que envolve os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré (Sucurujuba), com 34,30 km de
87 extensão, tem Área total com e sem superfície de 613,15 ha, sendo 261,60 ha de culturas
88 temporárias, com a seguinte distribuição: Áreas até 5 ha sem superfície: 82,1 ha; Áreas até 5 ha com
89 superfície: 21,5 ha; Áreas maiores de 5 ha sem superfície: 6,0 ha; e Áreas maiores de 5 ha com
90 superfície 152,0 ha. Ao passo que culturas permanentes totalizaram 351,55 ha, com a seguinte
91 distribuição: Áreas até 5 ha sem superfície: 105,6 ha; Áreas até 5 ha com superfície: 89,45 ha; Áreas
92 maiores de 5 ha sem superfície: 118,5 ha; e Áreas maiores de 5 ha com superfície: 38,0 ha. Neste
93 trecho foram cadastrados 3.260 animais, com uma demanda de 1,17 L/s para dessedentação animal.
94 Destacou também a área de produção da FAPIJA que em 2016 é de 2.516,0 ha de culturas
95 permanentes e 476,0 ha de culturas temporárias. Em seguida apresentou o quadro resumo de
96 consumo no Trecho à montante de Sucurujuba que é de 289,43 L/s para Abastecimento Humano de
97 uma população de 104.840 habitantes dos municípios de Alto Santo (1.344 habitantes e demanda de
98 2,34 L/s); Jaguaribara (8.351 habitantes e demanda de 19,23 L/s); São João do Jaguaribe (10.436
99 habitantes e demanda de 18,12 L/s); Tabuleiro do Norte (20.872 habitantes e demanda de 36,24
100 L/s); Limoeiro do Norte (56.800 habitantes e demanda de 171,39 L/s) e Quixeré (15.108 habitantes
101 e demanda de 42,11 L/s). Já a demanda para dessedentação animal desses municípios é de 4,79 L/s
102 para os 14.760 animais cadastrados. Apresentou também o quadro resumo da área irrigada no trecho
103 perenizado, que possui área total com e sem superfície de 1.927,15 ha, sendo 928,10 ha de culturas
104 temporárias, com a seguinte distribuição: Áreas até 5 ha sem superfície: 15,15 ha; Até 5 ha com
105 superfície: 28,75 ha; Áreas maiores de 5 ha sem superfície: 479,20 ha; e Áreas maiores de 5 ha com
106 superfície 267,0 ha. Ao passo que culturas permanentes totalizaram 999,05 ha, com a seguinte
107 distribuição: Áreas até 5 ha sem superfície: 165,8 ha; Áreas até 5 ha com superfície: 246,25 ha;
108 Áreas maiores de 5 ha sem superfície: 247,5 ha; e Áreas maiores de 5 ha com superfície: 339,50 ha.
109 Concluindo apresentou ações a serem realizadas para garantir a perenização do trecho até
110 Sucurujuba: - Fechamento da embocadura do braço Seco do rio Jaguaribe; - Intervenções na
111 passagem molhada localizada abaixo da Ponte de Quixeré (em concreto armado em desuso); -

112 Construir um dispositivo de abertura e fechamento para liberação d' água na Passagem Sucurujuba
113 em Quixeré. Após a apresentação foi aberto espaço para discussões. O Sr. Carlos Félix (CSBH
114 Baixo Jaguaribe), falou que a crise hídrica é fruto de falta de gestão e falta de vontade política do
115 Governo de desenvolver medidas para amenizar a crise hídrica, pois desde 2013 deveria ter iniciado
116 ações para redução de consumo em Fortaleza, concluindo questionou o que está sendo feito na
117 Região Metropolitana para reduzir o consumo, quais ações estão sendo executadas para evitar o
118 colapso do abastecimento das cidades após Sucurujuba, e como está o abastecimento de Russas. O
119 Sr. Leandro respondeu que nas reuniões ordinárias e extraordinárias anteriores já ocorreu a
120 apresentação de todas as ações que estão sendo executadas. A Sra. Gerliane da Cáritas Diocesana de
121 Limoeiro do Norte, disse que a COGERH e os Comitês estão infringindo o princípio fundamental
122 assegurado na legislação dos recursos hídricos, que estabelece a prioridade para o abastecimento
123 humano e dessedentação animal, ao fazer um barramento em Sucurujuba e deixar as famílias abaixo
124 sem acesso à água. E que os comitês devem considerar todos os municípios abaixo de Sucurujuba,
125 pois os poços perfurados não suprem a demanda daqueles municípios, além de rediscutir os 9,5
126 m³/s, liberados para o Eixão das Águas, pois deste total 3,0 m³/s é usado pelo agronegócio.
127 Concluindo disse que os movimentos sociais estão ocupando a SRH neste momento e lutarão por
128 água para a região. A Sra. Lúcia da Comunidade de Botica (Quixeré), disse que eles estão sem água
129 para consumo humano, ao passo que existem grandes projetos usando água para produção, e que é
130 preciso que a água disponível seja distribuída em todo o percurso do rio Jaguaribe. O Sr. Tancredo
131 gerente da CAGECE UNBBJ – Russas, informou que para abastecer a sede de Russas são
132 necessários 300 m³/h, sendo 150 m³/h captados em Sucurujuba e 150 m³/h de poços na comunidade
133 de Pedro Ribeiro. Quando ocorre o desabastecimento de Sucurujuba, a CAGECE realiza manobras
134 e aumenta a vazão captada nos poços para 200 m³/h. Informou ainda que a sede de Jaguaruana,
135 necessita de 150 m³/h e hoje os poços fornecem uma vazão de aproximadamente de 70 m³/h, e que
136 está sendo escavado poços no leito do rio, além da perfuração de mais poços profundos para
137 complementar o abastecimento da cidade. Disse ainda que é necessário que todos internalizem o
138 momento de crise que passamos e realizem um uso racional da água, além de realizar uma discussão
139 ordeira e pacífica, para com bom senso encontrarmos a melhor forma de enfrentar esse semestre de
140 estiagem. Concluindo destacou que os comitês funcionam bem, pois sem a gestão participativa não
141 estaríamos discutindo a divisão do pouco recurso hídrico ainda disponível. O Sr. João Lúcio disse
142 que esse é um momento difícil para o setor produtivo do estado, citando que algumas regiões como
143 o Curu e Acaraú, já não tem água para produção, onde os reservatórios estão voltados somente para
144 o abastecimento humano, o que gera um grande impacto social na região, com o desemprego em
145 massa no meio rural, pois a região possui poucas indústrias. Destacou que o Governo do Estado do
146 Ceará têm se empenhado para minimizar os impactos de 05 anos de seca que assolam o estado, e
147 que nenhuma sede municipal está desabastecida, graças ao empenho do Governador com a
148 execução de ações como a construção de AMR's, perfuração de poços, entre outras. Informando que

149 o Governador Camilo Santana lançou recentemente 10 medidas para redução do consumo de água
150 na RMF, como ampliar para 20% o nível de redução no consumo a ser aplicado a tarifa de restrição
151 sobre o consumo, aproveitamento de mananciais na RMF, redução de perdas na rede de distribuição,
152 perfuração de poços no aquífero Dunas, redução de 20% da oferta para indústrias, dentre outras
153 ações previstas no Plano de Segurança Hídrica. Pediu calma e bom senso nas discussões, pois o
154 setor produtivo da região já vem tendo elevadas restrições. Concluindo disse que o Sistema de
155 Gestão de Recursos Hídricos tem buscado preservar os pequenos produtores com área de até 5,0 ha
156 ao longo do rio Jaguaribe e até 1,5 ha no Eixão das Águas. O Sr. Gianni Lima, assessor da
157 presidência da COGERH, explicou que o trecho mínimo a ser perenizado até Sucurujuba foi
158 definido, pois para garantir o abastecimento humano das cidades da região e da RMF, esse seria o
159 ponto possível de atender com a vazão média de 5,5 m³/s, pois para atender todo o percurso até
160 Itaiçaba seria necessário no mínimo 20 m³/s, e que Sucurujuba é o limite mínimo e não máximo a
161 ser perenizado, disse ainda que será feito estruturas em Sucurujuba e em passagens ao longo do rio,
162 para facilitar o fluxo de água, pois hoje está se tendo dificuldades para que a água chegue a captação
163 da cidade de Russas e do Distrito de Lagoinha (Quixeré). No trecho após Sucurujuba está previsto
164 ações para atender essas cidades com perfuração de poços. A Sra. Márcia Caldas (SRH), disse que o
165 Art. 46 da Lei de recursos hídricos, estabelece que o Comitê tem competência para arbitrar conflitos
166 em primeira instância, em segunda instância essa competência é do Conselho Estadual de Recursos
167 Hídricos – CONERH. Disse que existe o Comitê das Secas e o Grupo de Contingenciamento da
168 Seca, que se reúne semanalmente para priorizar as ações e fortalece as discussões dos comitês.
169 Concluindo disse que é necessário que o setor produtivo da região também realize economia de
170 água, buscando sistemas de irrigação mais eficientes. O Sr. Moisés, produtor em Limoeiro do Norte,
171 perguntou porque fechar o braço seco do rio, se ele é o leito principal do rio Jaguaribe, e questiona
172 para onde vai a água que sai do açude Castanhão e não chega a Sucurujuba? O Sr. Expedito
173 produtor de Russas, disse que soube que o Secretário de Recursos Hídricos falou que é inviável a
174 perenização do rio até Itaiçaba, mais viu-se que existem milhares de hectares sendo irrigados no
175 trecho perenizado, por isso que não tem água para o trecho após Sucurujuba, pois está se
176 priorizando os grandes produtores, e que isso é uma irresponsabilidade do Comitê, COGERH e
177 SRH, pois existem várias comunidades e animais nesse trecho. Disse que essa é a última tentativa
178 que farão para conseguir água, caso contrário recorrerão à justiça. Questionou-se porque várias
179 empresas encontram água mineral e o Governo não perfura poços para abastecer Fortaleza,
180 deixando a água do açude Castanhão para o Vale? Questionou qual o consumo da termelétrica? A
181 Sra. Débora Rios, respondeu que entende a dificuldade que a região enfrenta, a reivindicação é
182 justa, mais precisamos ter consciência do baixo volume disponível nos reservatórios, que hoje
183 infelizmente não permite operar os 160 km de leito de rio e 150 km do Canal do Trabalhador. Nos
184 últimos dois anos, 64% da água do açude Castanhão ficou na região, apesar dos quatro anos de seca,
185 a região continuou produzindo e alguns ampliaram suas áreas, sendo que a COGERH alertou para a

186 gravidade da situação, tentou operar o trecho com ondas, mais a água não chegava devido ao
187 consumo ao longo do trecho. Concluindo disse que o governo está perfurando 42 poços no aquífero
188 Dunas, para complementar o abastecimento da RMF. E que o consumo da termoelétrica é de cerca
189 de 600 L/s. O Sr. Cláudio Neto (CSBH Baixo Jaguaribe), disse que o distrito de Bonhú em Russas
190 solicitou água para abastecimento humano, quando o açude Castanhão estava com mais de 20% de
191 sua capacidade e foi negado, concluindo disse que as águas só correm para os poderosos. A Sra.
192 Damiana (CSBH Médio Jaguaribe), disse que em épocas de chuvas, as reuniões dos comitês ficam
193 esvaziadas, mais entende que esse é o momento de reivindicar o direito a água, e que em outras
194 reuniões a Sra. Débora Rios tinha dito que não podia deixar Fortaleza sem água, e as pessoas da
195 região não tem direito a água? As cidades de Potiretama, Pereiro e Iracema estão sem água.
196 Concluindo disse que a FAPIJA é beneficiada com água, para empresas como a FRUTACOR que
197 estão “aguando” as estradas para não fazer poeira para as bananas. O Padre Almir de Flores, disse
198 que a FAPIJA consome metade da água que é liberada para o rio, e que empresas como a Itaeira e
199 Fazenda Melancias estão ampliando áreas no Eixão das Águas, enquanto a região sofre. Concluindo
200 propôs que a perenização do rio seja garantida até Itaiçaba. O Sr. Karlos Welby, presidente o CSBH
201 Baixo Jaguaribe, disse que o levantamento apresentado pelo Sr. Hermilson fez a comparação entre
202 os trechos, sendo que existe trecho que consome 1,0 m³/s e não tem irrigação. A FAPIJA hoje
203 consome menos de 2,0 m³/s e já proibiu a irrigação de culturas temporárias, pois em 2014 seu
204 consumo médio era de 4,0 m³/s, em 2015 foi reduzido para 2,75 m³/s, destacou que o perímetro não
205 é formado só por grandes empresas, ele é responsável pela geração de vários empregos, existe
206 também o abastecimento humano, sendo 514 famílias em Tabuleiro do Norte e cerca de 2000
207 famílias em Limoeiro do Norte que são abastecidas pela água do canal. Falou que a cerca de três
208 anos existe um projeto para que a água do consumo humano seja captada no início do canal,
209 evitando o risco de contaminação, mas infelizmente o projeto não saiu do papel e não se cobra que
210 essa obra seja executada logo. No perímetro também existem vários pequenos produtores, inclusive
211 do assentamento do que captam água sem custo e plantam banana na área. Existe ainda instituições
212 de ensino (IFCE), programas de produção de semente do Governo do Estado, que este ano pode
213 ficar sem água prejudicando enormemente a distribuição de sementes para a próxima safra.
214 Concluindo disse que a FAPIJA este ano ficou com o consumo abaixo do estabelecido por falta de
215 água no rio, e que a FAPIJA é um perímetro público e não uma empresa multinacional. A Sra. Ana
216 Tereza, prefeita de Jaguaruana, disse que o seu município tem 50% da população residindo na zona
217 rural que hoje está desabastecida, e quer saber o que será feito tecnicamente para abastecer o
218 trecho? Concluindo disse que é hora de apresentar as propostas e partir para as votações. O Sr.
219 Bessa, prefeito de Quixeré, disse que a comunidade de Lagoinha ficou sem captar água, sendo
220 preciso conciliar com a comunidade da Botica para fechar a passagem e colocou a máquina para
221 aprofundar o local da captação. Falou que a situação é grave, pois existem vários pequenos
222 produtores com 01 ou 02 hectares de banana irrigada no rio velho, que perderam tudo. Falou ainda

223 que a região não é propícia para poços, sendo assim solicitou da COGERH a disponibilização de
224 uma máquina, ao menos 20 horas de uma escavadeira, para desobstruir e realizar uma limpeza na
225 calha do rio Velho, para melhorar o fluxo da água. Disse ainda que a cerca de 3 km de Sucurujuba
226 existem poços de excelente vazão, que poderiam ser utilizados para complementar o abastecimento
227 de Russas. Concluindo disse que é preciso uma intensificação na fiscalização ao longo do rio, pois
228 infelizmente a COGERH/SRH não possuem estrutura para acompanhar todo o trecho. O Sr. Zé Luís
229 (CSBH Baixo Jaguaribe), disse que o comitê não tem poder de decisão, pois as propostas
230 apresentadas não são respeitadas, pois quando a vazão média de 5,5 m³/s é liberado para o rio não
231 tem fiscalização para acompanhar o consumo. O Sr. Jefferson, produtor de Jaguaruana, falou que a
232 água ofertada pela CAGECE em Jaguaruana é impréstatível para o consumo humano. Propôs que os
233 5,5 m³/s sejam liberados em 04 ondas durante o mês, com a intensificação do monitoramento para
234 que a água chegue ao final do trecho. O Sr. Jota da Agropaulo – Jaguaruana, disse que a proposta é
235 ter água na calha do rio, a forma de garantir isso seja com ondas ou redução da irrigação, é o que
236 devemos buscar para garantir que a população abaixo de Sucurujuba seja atendida. O Sr. João
237 Ricardo, carcinicultor de Jaguaruana, disse que a tarifa de 120% sobre o excesso de consumo em
238 Fortaleza, não tem efeito na redução do consumo, disse ainda que os 5,5 m³/s foi pensado para
239 atender a grande irrigação e não o consumo humano, e portanto precisamos garantir a perenização
240 até Itaiçaba, pois os poços perfurados já estão secando. Concluindo disse que a carcinicultura não é
241 o grande consumidor de água, pois reutiliza grande parte. O padre Djavan (CSBH Médio
242 Jaguaribe), disse que há uma distribuição desigual entre o agronegócio e o pequeno produtor. As
243 famílias abaixo de Sucurujuba pedem água para abastecimento humano e para os animais e se não
244 atendermos, a agricultura familiar será desrespeitada e a lei descumprida. O Sr. Jucélio, produtor de
245 Quixeré, disse que sua proposta é perenizar o rio até o final do trecho e garantir a prioridade para
246 abastecimento humano e dessedentação animal, prevista na lei. O Sr. Leandro informou que seria
247 importante que os inscritos ao concluírem sua fala, apresentassem propostas para que os colegiados
248 pudessem avaliar. O Sr. Maurício, produtor de Quixeré, disse que os muitos ribeirinhos estão
249 vendendo seus animais, pois não tem direito a água para priorizar o agronegócio e o abastecimento
250 de Fortaleza. O Sr. Karlos Welby, perguntou se a COGERH tem alguma proposta para apresentar,
251 pois sabemos que com essa vazão de 5,5 m³/s a água não chegará, tendo em vista a limitação na
252 fiscalização, pois no ano passado se trabalhou com ondas de 40 a 50 m³/s e a água não chegava até o
253 final do trecho de perenização (Itaiçaba). O Sr. Sávio (CSBH Baixo Jaguaribe) disse que a
254 população clama por seu direito a água, e que a campanha de redução do consumo em Fortaleza não
255 tem efeito. Concluindo disse estar decepcionado, pois a voz do povo não é ouvida pelo Estado. O
256 Sr. Leandro resumiu as propostas apresentadas até o momento: 1. Perenizar todo o trecho do rio até
257 Itaiçaba; 2. Operar os 5,5 m³/s em 4 ondas/mês. O Sr. João Lúcio respondeu que o Governo do
258 Estado está empenhado e trabalhando para minimizar os impactos de cinco anos de seca, destacou
259 que apesar da crise hídrica sempre se priorizou o acesso do pequeno produtor, que não passou por

260 nenhuma restrição. Concluindo disse que é preciso bom senso nas discussões e ter clareza no
261 impacto que as decisões trarão para a região. A Sra. Débora Rios, falou que pela experiência com
262 ondas do ano passado, essa operação em 4 ondas deixará desabastecidos os 06 municípios ao longo
263 do rio, tecnicamente a única forma de garantir água até Itaiçaba seria suspensão total da irrigação no
264 Vale do Jaguaribe, que trará um enorme impacto social na região. O Sr. Gianni Lima, disse que
265 temos de ter consciência que suspender totalmente a irrigação na região, trará um impacto social
266 muito grande, sendo necessário tentar preservar ao menos as culturas permanentes. Continuou
267 dizendo que é impossível a COGERH/SRH fiscalizar a suspensão total da irrigação. A decisão mais
268 lógica é buscar alternativas para abastecer as comunidades abaixo de Sucurujoba, com perfuração
269 poços, caso estes sejam inviáveis, ser realizadas construção de adutoras ou outras alternativas. O Sr.
270 Alexandre Forte, procurador do Ministério Público Federal de Limoeiro do Norte, disse que a
271 COGERH está demonstrando o esforço para garantir o abastecimento humano, em cumprimento a
272 legislação. Destacou ainda o princípio constitucional da busca do pleno emprego, e que a COGERH
273 mostrou o esforço de se buscar a melhoria na eficiência da irrigação, sendo que é preciso levar em
274 consideração que as empresas geram muitos empregos para a região, e que os comitês tem liberdade
275 para votar, porém é preciso bom senso para se buscar o equilíbrio entre o conhecimento técnico,
276 observando os dados da realidade com o desejo da população, buscando minimizar as
277 consequências dessa decisão do colegiado. O Sr. José Maria, representante da SDA – Secretaria do
278 Desenvolvimento Agrário (CSBH Médio Jaguaribe), falou da multiplicidade de produtores que
279 existem na FAPIJA, conforme citado pelo Karlos Welby, destacando que o sofrimento da região é
280 grande, porém com 5,5 m³/s não chegará água em Itaiçaba. É preciso construir alternativas para
281 abastecer o trecho após Sucurujoba. O Sr. Joseane (CSBH Médio Jaguaribe), falou que muitos que
282 estão aqui não são membros dos comitês, frisando que em outros momentos nunca participaram
283 destas discussões, só agora em períodos de seca estão se preocupando. Disse que quem está acima
284 do açude Castanhão está desbastecido e quem está abaixo está se digladiando, enquanto a água vai
285 para Fortaleza, sendo necessário diminuir a oferta para Fortaleza e aumentar o oferta para a
286 perenização do rio Jaguaribe, pois o rio não pode morrer. O Sr. Expedito de Russas, disse que pelo
287 que a Sra. Débora falou a proposta é inviável, assim sendo ele propõe a redução do tamanho das
288 áreas irrigadas, inclusive para os grandes produtores do Eixão das Águas. O Sr. Leandro disse que a
289 discussão é em relação à vazão de 5,5 m³/s para o rio, pois a vazão total do Castanhão já foi definida
290 na reunião dos Vales, envolvendo os cinco comitês, realizada no dia 20/07/2016. O Sr. Gianni
291 propôs que se definissem diretrizes para reduzir o consumo e permitir o avanço da água no rio,
292 sendo que as propostas valeriam para o trecho perenizado pelo açude Castanhão. A Sra. Márcia
293 Caldas (CSBH Baixo Jaguaribe), propôs a irrigação somente para as culturas permanentes e
294 suspensão das culturas temporárias, mantendo a vazão de 5,5 m³/s no rio. O Sr. Joseane falou que
295 não adianta votar diretrizes e defende a convocação de uma nova alocação de água com uma divisão
296 meio a meio da vazão entre o rio Jaguaribe e o Eixão das Águas. Proposta reforçada pela Sra.

297 Damiana e o Sr. Rafram ambos do CSBH Médio Jaguaribe. Diante desse questionamento, foi
298 colocado em votação as seguintes propostas: **Proposta 1:** O colegiado definiria diretrizes para
299 operação dos 5,5 m³/s para o rio; **Proposta 2:** Convocar uma nova reunião de alocação para alterar a
300 vazão liberada para o rio. A proposta 1 foi a vencedora com 21 votos e a proposta 2 obteve 06 votos.
301 Prosseguindo a reunião foram apresentadas diretrizes para operação dos 5,5 m³/s liberados pelo
302 açude Castanhão para a perenização do rio Jaguaribe. Sendo apresentadas e colocadas em votação
303 as seguintes proposições: **1. Trecho a ser perenizado: Proposta A** – A Vazão deverá assegurar a
304 perenização no mínimo até Sucurujuba em Russas, obteve 8 votos; **Proposta B** – A Vazão deverá
305 assegurar a perenização no mínimo até Jaguaruana, sendo esta aprovada por 16 votos. Em relação a
306 esta diretriz, o Sr. Gianni destacou que haverá uma dificuldade muito grande para que a água chegue
307 até Jaguaruana, para tanto far-se-á necessário a continuação e ampliação das ações para garantir o
308 abastecimento das cidades; **2. Ações de Garantia do Abastecimento Humano das Sedes**
309 **Municipais e Comunidades Rurais**, aprovado por unanimidade; **3. Pequenos irrigantes que não**
310 **passarão por redução de oferta: Proposta A** – Até 5 ha para todas as culturas, obteve 04 votos;
311 **Proposta B** – Até 3 ha para todas as culturas, obteve 09 votos; **Proposta C** – Até 5 ha para culturas
312 permanentes e 3 ha para culturas temporárias, que foi aprovado com 11 votos. **4. Suspensão no vale**
313 **perenizado de irrigações com métodos de baixa eficiência: Proposta A** – Permanecer no vale
314 perenizado irrigações com métodos superficiais (inundação, sulcos), não obteve nenhum voto;
315 **Proposta B** – Suspende no vale perenizado irrigações com métodos superficiais (inundação,
316 sulcos), foi aprovado com 25 votos. **5. Não Serão Permitidos, com água de perenização do Rio**
317 **Jaguaribe: 5.1. Novos usos** (instalados após alocação de 2015): **Proposta A** – Permitir, não obteve
318 nenhum voto; **Proposta B** – Não permitir, foi aprovado com 24 votos; **5.2. Carcinicultura:**
319 **Proposta A** – Permitir, não obteve nenhum voto; **Proposta B** – Não permitir, foi aprovado com 20
320 votos. **6. Intensificação da Fiscalização do Uso da Água**, aprovado por unanimidade. **7.**
321 **Suspender todas as culturas temporárias acima de 3ha. Proposta A** – Suspende, foi aprovado
322 por 20 votos; **Proposta B** – Não Suspende, não obteve nenhum voto. **8. Níveis de redução da**
323 **vazão das culturas perenes acima de 5 ha e perímetros públicos, em relação a 2014.2.** Nesse
324 critério, o Sr. Gianni destacou que já houve a redução na operação de 2015.2 em 25%, e em 2016.1
325 de 40%. **Proposta A** – Redução de 35%, obteve 09 votos; **Proposta B** – Redução de 40%, obteve
326 02 votos; **Proposta C** – Redução de 50%, foi aprovado com 13 votos. Após a votação de todas as
327 propostas ficaram aprovados os seguintes **CRITÉRIOS PARA OPERAÇÃO 2016.2 DA VAZÃO**
328 **MÉDIA DE 5,5 M³/S A SER LIBERADO PELA VÁLVULA DO AÇUDE CASTANHÃO**
329 **PARA O RIO JAGUARIBE:** 1. A Vazão deverá assegurar a perenização no mínimo até o
330 município de Jaguaruana; 2. Ações de Garantia do Abastecimento Humano das Sedes Municipais e
331 Comunidades Rurais; 3. Pequenos irrigantes não passarão por redução de oferta de água se tiver
332 áreas de até 5 ha para culturas permanentes e até 3 ha para culturas temporárias; 4. Suspensão no
333 vale perenizado de irrigações com métodos de irrigação de baixa eficiência (superficiais, tais como



334 inundações, sulcos, etc.); 5. Não serão permitidos, com água de perenização do Rio Jaguaribe:
335 Novos usuários (empreendimentos instalados após alocação de 2015) e Carcinicultura; 6.
336 Intensificação da Fiscalização por parte da SRH/COGERH para coibir usos irregulares; 7.
337 Suspensão da irrigação de culturas temporárias de áreas acima de 3ha; 8. Redução em 50% na oferta
338 da vazão das culturas perenes acima de 5 ha e perímetros públicos, tendo como vazão de referência
339 a operação do segundo semestre de 2014. Nada mais havendo a ser discutido, a reunião foi
340 declarada encerrada e eu, Cleilson Pinto de Almeida, Analista em Gestão de Recursos Hídricos, do
341 Núcleo de Gestão das Bacias do Baixo e Médio Jaguaribe, lavrei a presente Ata.